

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO X- Nº 75 - FEVEREIRO DE 2022

    @adufgsindicato

UNIVERSIDADES SOB ATAQUE

Páginas 8 e 9



NOVO ENSINO MÉDIO

PROJETO PILOTO
APRESENTA
FALHAS DE
EXECUÇÃO

Página 7

MULHERES NA CIÊNCIA

PROFESSORAS FALAM
SOBRE DESAFIOS
NA CONCILIAÇÃO
DA DUPLA
JORNADA COM OS
LABORATÓRIOS

Página 10

CORTE ORÇAMENTÁRIO

GOVERNO
NÃO GARANTE
RECURSOS PARA
PLATAFORMA
QUE MONITORA
O CERRADO

Página 12

PASSAPORTE DE VACINAÇÃO

ADUFG E OUTRAS
ENTIDADES PEDEM
INTERVENÇÃO EM
AÇÃO QUE SUSPENDEU
COMPROVANTE EM
UNIVERSIDADES

Página 15

Prestação de contas		
Julho de 2021		
1	Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros	
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	381.076,46
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	0,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.455,83
1.4	Receitas Financeiras	20.838,29
1.5	Outras Receitas	2.58,21
1.6	Resgate de aplicações financeiras	633.989,20
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	4.444,83
Total R\$		1.034.973,16
2	Custos e Despesas Operacionais	
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	164.175,60
2.1.2	Encargos Sociais	43.843,92
2.1.3	Seguro de Vida	691,10
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	2.846,16
2.1.5	Ginástica Laboral	649,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	43.768,75
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	998,88
Total R\$		256.981,41
2.2	Serviços Prestados por Terceiros	
2.2.1	Cessão de Uso de Software	2.782,68
2.2.2	Despesas com Correios	8.842,69
2.2.3	Energia Elétrica	3.225,49
2.2.4	Honorários Advocáticos	10.573,86
2.2.5	Honorários Contábeis	4.320,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	400,00
2.2.7	Serviços Gráficos	12.670,32
2.2.8	Honorários de Auditoria	6.000,00
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	4.447,32
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	419,90
2.2.11	Vigilância e Segurança	521,83
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	857,03
2.2.13	Serviços de Informática	2.865,97
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	0,00
2.2.15	Água e Esgoto	1.666,65
Total R\$		59.593,74
2.3	Despesas Gerais	
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	3.723,31
2.3.2	Despesas com Táxi	13,90
2.3.3	Despesas com Coral	3.107,98
2.3.4	Despesas com Grupo Travessia	0,00
2.3.5	Diárias de Viagens	1.407,00
2.3.6	Tarifas Bancárias	887,65
2.3.7	Lanches e Refeições	728,19
2.3.8	Quintart	0,00
2.3.9	Patrocínios e Doações	6.485,30
2.3.10	Manutenção de Veículos	70,00
2.3.11	Festa do Professor	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	0,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	0,00
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	930,09
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campestre	6.851,72
2.3.16	Hospedagens Hotéis	270,00
2.3.17	Material de expediente	249,70
2.3.18	Outras despesas diversas	2.348,85
2.3.19	Manutenção e Conservação	6.455,67
2.3.20	Homenagens e Condecorações	0,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	2.482,90
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	2.172,02
2.3.22	Despesas com cursos para aposentados	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	0,00
2.3.24	Sabadart/Festa do Professor Jataí	0,00
2.3.25	Evento "Mais Sindicato" - Catalão	0,00
2.3.26	Despesas com Manifestações	12.233,34
2.3.27	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	0,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	2.203,99
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	0,00
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	0,00
Total R\$		52.619,61
2.4	Despesas Tributárias	
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	3.680,56
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	2.230,55
Total R\$		5.911,11
2.5	Repasse Fundo Social e Contribuições	
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.5.3	Proifes Federação	27.413,23
Total R\$		27.413,23
Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$		402.519,10
3	Resultado do exercício 02.2020 (1-2)	632.454,06
4	Atividades de Investimentos	
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	680.588,28
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6	Outras Imobilizações	0,00
Total R\$		680.588,28
4.2	Intangível	
4.2.1	Programas de Computador	2.171,12
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R\$		2.171,12
4.3	Aplicações Financeiras	
4.3.1	Aplicação	40,00
Total R\$		40,00
Total Geral dos Investimentos R\$		682.799,40
5	Resultado Geral do exercício 02.2020 (3-4)	-50.345,34

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

EDITORIAL

UNIVERSIDADES
SOB ATAQUES

Não há a menor dúvida que qualquer país que tenha a intenção de dar um salto econômico e social precisa, necessariamente, investir cada vez mais em educação. No entanto, o que ocorre no Brasil é exatamente o inverso. Em 2022, o presidente Jair Bolsonaro sancionou um corte de R\$ 739,9 milhões no orçamento do Ministério da Educação.

Para as universidades federais, Bolsonaro decidiu aprovar recursos 12% menores do que os investimentos realizados em seu primeiro ano de mandato. Além de manter as instituições sob ataque por meio de cortes orçamentários, segue com tentativas de destruir a autonomia universitária, por meio de nomeações de reitores que não venceram as consultas democráticas realizadas junto à comunidade acadêmica.

Um dos casos mais recentes ocorreu na Universidade Federal de Goiás (UFG). O Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato), outras entidades sindicais e o movimento estudantil demonstraram total indignação contra a medida, mas entenderam que, se a professora Angelita Pereira de Lima recusasse o posto, o Governo Federal poderia nomear um interventor, o que tornaria o cenário na instituição totalmente sombrio.

Na edição 75, o Jornal do Professor aborda, em sua matéria principal, a guerra travada pelo presidente da República contra a democracia e a autonomia universitária. A publicação. A publicação também abordou questões relacionadas à educação como um todo, em especial o novo ensino médio, que causa preocupação entre especialistas. Também estão disponíveis reportagens sobre ações realizadas pelas universidades federais localizadas em Goiás, bem como o trabalho realizado pelo Adufg-Sindicato na defesa dos docentes e dos serviços públicos.

Boa leitura!

Redação: (62) 3202-1280

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com



19ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Diretor Presidente

Walmirton Tadeu D’ Alessandro
Diretor Vice-Presidente
e de Comunicação

João Batista de Deus
Diretor Administrativo

Geovana Reis
Diretora de Assuntos Educacionais,
de Carreira e do Magistério Superior

Fernando Pereira dos Santos
Diretor Financeiro

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora de Convênios e de
Assuntos Jurídicos

Abraão Garcia Gomes
Diretor de Assuntos de
Aposentadoria e Pensão

Luis Antônio Serrão Contim
Diretor para Assuntos Interinstitucionais

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO X – Nº 75

FEVEREIRO DE 2022

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Rafael Vaz
Editor responsável

Luciana Porto (JP 3175 GO)
Reportagem

Vinicius Braga (JP 3219 GO)
Reportagem

Revisão: Hélio Furtado do Amaral

Fotografias: Erik Ely

Diagramação: Raphael Dourado

Data de fechamento: 28/02/2022

Tiragem: 2500 exemplares

Impressão: Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:
@adufgsindicato

www.adufg.org.br



Flávio Alves
da Silva

A LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONTINUA

Diante de um governo que elegeu os servidores públicos como inimigos, não há menor dúvida que o ano de 2022 será repleto de desafios e lutas para garantir os direitos de quem tanto contribui com a sociedade. O ano começou com a sanção da lei orçamentária, em que o presidente Jair Bolsonaro cortou quase R\$ 1 bilhão do INSS e R\$ 740 milhões do Ministério da Educação.

Os vetos de Bolsonaro ao Orçamento de 2022 também atingiram verbas de pesquisa em saúde, combate a incêndios florestais, manutenção de hospitais universitários e demarcação de terras indígenas. Os cortes ocorrem em um contexto de continuidade do enfrentamento aos efeitos da pandemia de Covid-19, que, novamente, sobrecarregaram o sistema de saúde. Além disso, o ano passado foi marcado por fortes queimadas em biomas, como a Amazônia e o Cerrado.

Em defesa dos docentes e de todos os servidores públicos, iniciamos, ao lado da Proifes-Federação e de diversas entidades sindicais, a luta pelo reajuste salarial. Tivemos uma perda inflacionária superior a 40% nos últimos anos. O último reajuste ocorreu em 2017. De lá para cá, as remunerações do serviço público sofreram grande defasagem de quase 30%.

No ano passado, a inflação fechou a 10,06%, acima do teto da meta e no maior nível dos últimos seis anos. Diante disso, entramos na luta para reforçar a importância da luta pela valorização das categorias dos serviços públicos. Afinal, como se não bastassem os inúmeros ataques sofridos pelas universidades e o descaso com a ciência e o sucateamento dos serviços públicos, também lidamos com a defasagem salarial da carreira docente.

Para os servidores federais do Executivo, por exemplo, a última negociação ocorreu em 2015, na gestão da ex-presidente Dilma Rousseff. Portanto, para repor a inflação dos três anos de governo Bolsonaro, o índice de reajuste pedido em documento unificado enviado ao Ministério da Economia foi de 19,99%. Nossa luta é pelo reajuste urgente, uma vez que a próxima possibilidade de reposição salarial será somente em 2024.

O Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) também está atento às questões locais. Tanto que reforçamos a defesa do pagamento do adicional de insalubridade aos professores das universidades federais localizadas em Goiás. Trata-se de um direito constitucional que assegura aos trabalhadores, de forma geral, melhores condições de trabalho para evitar condições gravosas à saúde. Na prática, o adicional funciona como diretriz das relações de trabalho e tem fundamento na dignidade da pessoa humana, uma vez que não difícil fazer uma conexão entre trabalho insalubre e indignidade.

Neste sentido, já acionamos nosso departamento jurídico para que todas as providências sejam tomadas no sentido de resolver, em

caráter definitivo, os problemas relacionados ao pagamento do adicional de insalubridade na UFG, na UFJ e na UFCAT. Afinal, mesmo após várias tentativas, não foram adotadas soluções efetivas. Não vamos mais aceitar essa situação. Os laudos emitidos nos últimos anos são injustos e colocam em risco a vida e a saúde dos servidores públicos.

Temos percebido que os problemas relacionados ao pagamento do adicional de insalubridade refletem uma postura de oposição aos trabalhadores da educação, que tanto contribuem com a sociedade por meio da promoção de ações de ensino, pesquisa e extensão. Na prática, o que temos visto, ainda, é a normalização e banalização da injustiça.

Neste sentido, é preciso destacar que o Adufg-Sindicato já orientou todas as universidades federais goianas para que encontrem as soluções necessárias. Já pedimos, enquanto entidade que representa os docentes, reuniões abertas entre servidores, diretores de unidades acadêmicas e reitorias. Também colocamos o nosso jurídico à disposição de todos os professores que têm sido prejudicados, sejam filiados ou não.

Outro desafio importante em 2022 é a retomada segura das atividades presenciais. O Adufg-Sindicato, inclusive, é uma das entidades autoras do pedido de intervenção na qualidade de amicus curiae junto à Justiça Federal na ação da Defensoria Pública da União (DPU) que suspendeu o passaporte de vacinação contra a Covid-19 na Universidade Federal de Goiás (UFG) e na Universidade Federal de Jataí (UFJ).

A pandemia ainda não acabou e a infecção pode ser ainda mais agravada em situações em que não há observância de preceitos elementares de saúde e segurança. A suspensão do comprovante desrespeita as decisões proferidas pelo

próprio Supremo Tribunal Federal (STF) no sentido de que é válida a vacinação obrigatória, descartada a vacinação com uso da força, por meio de instrumentos indiretos, como, por exemplo, a exigência de comprovante. Além disso, a proteção à vida, à saúde e ao meio ambiente devem ser orientadas pelos princípios da precaução e da prevenção.

Todas as decisões tomadas nas universidades são colegiadas e contam com a participação de toda a comunidade acadêmica, formada por professores, estudantes e servidores. Decisões, como a exigência do comprovante de vacinação, são tomadas ouvindo especialistas e com base em dados científicos, além de metodologias criadas por referências nacionais. Dessa forma, suspender o passaporte pode colocar em risco as vidas das pessoas que compõem a comunidade acadêmica. Os dados da ciência, inclusive, comprovam que vacinas salvam vidas.

**Flávio Alves da Silva é presidente do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato), professor da UFG e doutor em Engenharia de Alimentos pela Unicamp.*

“ Os desafios para 2022, portanto, são grandes. No entanto, permaneceremos firmes em nosso propósito. O Adufg-Sindicato sempre esteve e sempre estará ao lado de quem trabalha pela educação. ”



***Luis Antônio
Serrão Contim**

MOBILIZAÇÃO CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA AINDA É NECESSÁRIA

Desde o golpe contra a ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016, principalmente no Governo Temer, nós tentamos fazer um movimento unificado dos vários sindicatos, tanto de servidores públicos quanto da iniciativa privada, para lutar contra a Reforma da Previdência. E conseguimos uma luta de união, especialmente entre os sindicatos do setor público. No setor privado, o movimento foi mais fraco naquela época. Mas, mesmo aquela luta inicial contra a Reforma da Previdência, foi muito significativa. Ela já nos mostrou um caminho. Desta vez, a unidade foi muito maior entre as diferentes forças, sindicatos, federações e confederações.

Então, o movimento sindical amadureceu na luta. Podemos dizer que o movimento sindical ficou um pouco anestesiado com o governo de esquerda. Isso porque tínhamos acesso, diálogo e negociação. E, de repente, após o golpe, perdemos tudo isso. Agora, precisamos nos mexer e retornar às raízes do movimento sindical, que são exatamente o caminho que estamos trilhando hoje, que é a busca de força e de unidade. Nós precisamos mostrar coesão. Foi isso que nós mostramos na luta contra a PEC 32. Então, o caminho está aí.

Trata-se de uma vitória parcial,

porque sabemos que a PEC 32 foi aprovada nas comissões e está pronta pra ser votada em Plenário. Porém, Arthur Lira não conseguiu colocar a proposta em votação porque sabe que ainda não tem os votos suficientes. Sabemos que 2022 é ano eleitoral e, provavelmente, até as eleições, a PEC não deve ir à votação. Essa é a nossa expectativa, apesar de Paulo Guedes dizer que vai tentar aprovar mesmo assim. Acreditamos que não, mas a luta não pode parar. Não podemos perder a atenção nos movimentos da Câmara e principalmente do Lira.

Outra questão perigosa e que precisamos estar alertas é justamente o pós-eleição, ainda em 2022. É preciso tomar cuidado com os movimentos que vão acontecer no Congresso depois que as eleições acontecerem, porque deputados e senadores já vão estar eleitos novamente. Além disso, podemos ter deputados e senadores que perderam o cargo e temos que tomar muito cuidado com esse movimento que vai acontecer após a eleição.

A eleição de 2022 é essencial para nós, principalmente no que diz respeito ao retorno de um governo democrático para o País. Um Congresso que apoie um governo democrático é essencial.

Agora, o que isso nos deixa como lição? É a unidade das diferentes forças sindicais e das diferentes categorias contra uma pauta de destruição do Estado, que serve ao mais pobre. Quem detém o capital não precisa do Estado. Infelizmente, ele só precisa sugar recursos do Estado, mas não depende dos serviços do Estado. Quem depende é a população mais carente. Acredito que a população está começando a entender isso e a nossa luta precisa amadurecer ainda mais, se fortalecer e se consolidar.

Estamos vivendo uma nova aurora para o movimento sindical, assim como aconteceu no movimento de redemocratização do país. Uma nova aurora porque, agora, nós estamos percebendo a importância do movimento sindical como um todo. E não apenas pensando dentro das categorias, mas com pautas comuns que abrangem a todos. Isso fortalece o movimento sindical, o movimento popular, o movimento democrático, o Estado e o povo.

**Luís Antônio Serrão Contim é diretor de Assuntos Interinstitucionais do Adufg-Sindicato e professor da Universidade Federal de Jataí (UFJ).*

A DEFESA DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA



***Adão José
Peixoto**

Desde a sua origem na Idade Média a universidade está assentada fundamentalmente nas atividades de ensino e pesquisa, de forma livre. Sua preocupação é com a busca do rigor acadêmico, da verdade e da universalidade; com o ideal elevado de racionalidade e de perfeição humana; com o cultivo do pensamento, da razão, da crítica e da criação; e com a transcendência, isto é, superação da aparência, do utilitarismo, do empírico, do imediatismo e do pragmatismo. Para que a universidade pudesse trabalhar de forma livre foi preciso garantir constitucionalmente a sua autonomia. No Brasil, a autonomia da universidade é garantida pelo Art. 207 da Constituição Federal, bem como sua liberdade de cátedra, Art. 5º, inciso IX.

Manuel Ferreira Patrício, ex-reitor da Universidade de Évora, no artigo “Em defesa da universidade em tempos movediços”, Afirma que a universidade foi uma instituição estruturante da Europa ao longo dos séculos. Por isso, segundo ele, “mesmo o que aconteceu de busca infatigável da verdade fora da universidade teve a universidade como matriz e referência”. Afirma ainda que para Ortega y Gasset “a universidade foi a cabeça da Europa, o seu centro nervoso, de uma ponta à outra do

milênio passado”. Podemos dizer que a universidade foi e é uma instituição estruturante não só da Europa, mas do mundo todo. No Brasil, não foi diferente, mesmo ela tendo surgido tardiamente. A universidade cumpre um importante e insubstituível papel: o do cultivo da dúvida, da busca da verdade, da crítica, do fazer ciência, do rigor acadêmico e da formação integral. Sem a autonomia universitária essa tarefa universitária é impossível.

Percebe-se atualmente no Brasil um movimento de negação da autonomia universitária, da defesa do negacionismo, da desvalorização da ciência e da negação do pensamento livre. Daí a necessidade de afirmar a essencialidade da universidade, que é o esforço da busca da verdade; da pesquisa livre e rigorosa; do cultivo da reflexão, da crítica, da criação; da produção com qualidade, sem subordinação aos interesses particulares e ou instrumentais, sejam eles políticos, religiosos ou mercadológicos. Pensar e defender a universidade como espaço de formação acadêmica, profissional e humana é assumir o compromisso de afirmação constante da sua autonomia, como instituição laica, científica e republicana.

Edward Madureira Brasil, engenheiro-agrônomo, doutor em Genética e Melhoramento de Plantas, pela UFG, professor da Escola de Agronomia da UFG (EA/UFG), é um exemplo de defesa da autonomia universitária. Por isso foi eleito por dois mandatos para diretor da EA/UFG, para reitor da UFG por três mandatos e dois mandatos para presidente da Associação das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Assumiu o reitorado da UFG e a presidência da ANDIFES em momentos de extremas dificuldades para a universidade pública brasileira, dificuldades que se agudizaram, sobretudo, a partir de 2019, com a posse do presidente Bolsonaro, que passou a tratar a ciência e a universidade com desprezo. Ele conseguiu em todos os mandatos em que esteve à frente da UFG e da ANDIFES impedir que a universidade pública fosse diminuída, desacreditada, apequenada. Deixou um grande desafio para os novos gestores da UFG: defender a autonomia da universidade como uma das principais prioridades.

**Doutor em Educação (USP), mestre em Filosofia (PUCCAMP) e professor da Faculdade de Educação da UFG.*

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões jurídicas sobre o magistério superior

Por João de Deus

Debandada no MEC

Um novo grupo de servidores anunciou a saída de cargos em comissão no Ministério da Educação. Em carta, 11 advogados da União comunicaram a exoneração coletiva, ressaltando a defesa da “supremacia do interesse público sobre o privado”. O documento reforça, ainda, o desinteresse de quatro servidores do grupo em assumir qualquer outra função na área.

O estopim para a decisão de saída teria sido uma fala do ministro Milton Ribeiro durante evento interno de posse do novo chefe da consultoria jurídica da pasta. O titular do MEC sugeriu que a atuação dos advogados da União, na análise técnica de projetos internos, impedia o acesso de empresas privadas à pasta. Incomodados, os servidores receberam o discurso como uma forma de pressão.

Sem transparência

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inpe) decidiu reter a maior parte das informações detalhadas do Censo Escolar 2021 e apagou as edições anteriores. A justificativa apresentada foi que o formato da apresentação do conteúdo foi reestruturado para “suprimir a possibilidade de identificação de pessoas”. Vale ressaltar que os dados são as maiores bases de informação da educação básica do País e são coletados desde 2007.

Retrocesso financeiro

Os recursos reservados para investimentos em educação e ciência pelo presidente Jair Bolsonaro em 2020, 2021 e 2022 foram os mais baixos no Brasil desde os anos 2000. Apesar do aumento nos valores deste ano, o orçamento para investir do Ministério da Ciência (R\$ 720 milhões) fica 78% abaixo do registrado em 2010 (R\$ 3,34 bilhões). Reitores de universidades federais, secretários de Educação e cientistas estão sofrendo com a falta de apoio federal neste período, marcado pela pandemia, para financiar políticas contra os efeitos da Covid-19.

Prioridades...

Comandada pelo advogado Rafael Lara Martins, a nova gestão da Ordem

dos Advogados do Brasil Seção Goiás (OAB-GO), criou a Comissão da Advocacia Conservadora. O grupo será liderado por apoiadores de Bolsonaro, que já fizeram postagens nas redes sociais contra o “comunismo, a obrigatoriedade da vacina e o modelo de governança chinês no mundo”.

Derretendo

A mais recente pesquisa CNT/MDA aponta que 61,4% dos brasileiros reprovam o desempenho pessoal de Jair Bolsonaro. O levantamento mostra que 33,9% dos entrevistados aprovam a atuação e 4,7% não souberam opinar ou não responderam. Importante lembrar que a rejeição do presidente se mantém acima de 60% desde julho do ano passado.

Politicagem

O valor das emendas parlamentares triplicou no governo Bolsonaro. Em 2018, último ano de Michel Temer, elas somavam R\$ 11,3 bilhões. Em 2021, chegaram a R\$ 33,4 bilhões. A previsão para 2022 é de R\$ 35,6 bilhões.

E mais...

Esse forte aumento tem como pano de fundo a disparada nas emendas de relator – recursos que foram apelidados de “orçamento secreto” por causa da falta de transparência em relação aos critérios de distribuição e ao real benefício dentro do Congresso Nacional.

RÁPIDAS

Sinceridade

Tucano histórico, Aloysio Nunes, um dos líderes tradicionais do PSDB, declarou em entrevista ao Estadão que o seu partido não é mais uma referência nacional.

Não emplacou

Faltando menos de oito meses para o primeiro turno das eleições, as pesquisas seguem mostrando tendência de segundo turno entre Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro. A terceira via, portanto, ainda não saiu do papel.

Empossado

O ministro Luiz Edson Fachin é o novo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele vai presidir a Corte Eleitoral até 17 de agosto.

Fotos: Maria Angélica Sousa / Adufg



Primeiros meses de 2022 foram marcados por mobilizações em defesa de reajuste para os servidores públicos

UFCAT INAUGURA LABORATÓRIO DE SIMULAÇÃO REALÍSTICA E APRIMORA CONHECIMENTOS PRÁTICOS

NO ESPAÇO, OS ALUNOS RECEBEM UM APRENDIZADO DIFERENCIADO, VOLTADO PARA A VIVÊNCIA DE SITUAÇÕES REAIS

Foto: Departamento de Enfermagem / UFCAT



Ambiente é capaz de replicar os desafios vividos no dia a dia dos cenários de saúde

Vinícius Braga

Aliar a teoria com a prática é algo fundamental para uma boa formação acadêmica. Além de ampliar os conhecimentos, essa junção permite que o aluno desenvolva habilidades e competências importantes para atuar no mercado de trabalho de modo competente e eficiente. É justamente essa a preocupação da Universidade Federal de Catalão (UFCAT) ao aprimorar seus laboratórios do Departamento de Enfermagem. A principal novidade é a reforma e estruturação do Laboratório de Simulação Realística, além da manutenção do simulador realístico de alta fidelidade.

“Trata-se de um laboratório

no qual os discentes recebem um aprendizado diferenciado, voltado para a vivência de situações simuladas às da realidade, que vão encontrar nos cenários de saúde. O espaço conta com um ambiente capaz de replicar os desafios vividos no dia a dia dos cenários de saúde”, explica a professora Luipa Michele Silva, do curso de Enfermagem.

A estrutura conta com uma antessala, onde os expectadores acompanham ao caso simulado; o ambiente simulado, onde os envolvidos com a simulação realística prestam a assistência necessária durante a cena; e a cabine de comando, onde o profissional responsável emite

comandos ao simulador realístico, fazendo com que o mesmo represente com alta fidelidade um paciente com seus sinais e sintomas.

“O principal objetivo deste laboratório é propor um ambiente simulado de atendimento ao paciente, permitindo ao aluno aprimorar seu conhecimento e proporcionar maior satisfação e autoconfiança na aprendizagem”, reforça a docente.

Os recursos para manutenção e construção do espaço físico vieram da UFCAT. O simulador realístico de alta fidelidade foi adquirido pelo Departamento de Enfermagem a partir de verbas destinadas para im-

plantação do curso, quando ainda era parte da Universidade Federal de Goiás. Porém, acrescenta Luipa, as melhorias ocorreram enquanto UFCAT.

A docente destaca, ainda, que teve uma experiência bastante positiva com o primeiro grupo da disciplina de Processo de Cuidar Adulto e Idoso II. No laboratório, foi proposto aos alunos o atendimento a um paciente com doença respiratória em internação. Durante a simulação, parte do grupo assiste ao caso simulado e, após o término, os alunos se reúnem para discutir o caso, em um momento denominado debriefing.

NOVO ENSINO MÉDIO COMEÇA A SER IMPLEMENTADO NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, MAS APRESENTA FALHAS GRAVES DE EXECUÇÃO

PROJETO PILOTO CHEGA A 367 ESCOLAS ESTADUAIS AINDA ESTE ANO, MAS ESPECIALISTAS CONDENAM NOVA METODOLOGIA QUE FRAGMENTA O ENSINO, NÃO CAPACITA PROFESSORES E NÃO INVESTE EM ESTRUTURA DAS UNIDADES

Luciana Porto

“É um projeto que fragmenta a formação do aluno e prejudica o ensino nas redes públicas de educação”, afirma a professora do programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal de Goiás (UFG) e vice-presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), regional Centro-Oeste, Míriam Fábia, sobre o projeto do Novo Ensino Médio. Em 10 de fevereiro, o jornal O Popular veiculou reportagem que denuncia o déficit de professores nas escolas da rede pública do Estado. O material produzido pela jornalista Catherine Moraes aponta que alunos passam a maior parte do tempo vagando pelo pátio das unidades de ensino do que nas salas de aula aprendendo. Mesmo depois de quase dois meses do retorno presencial das atividades escolares, o cenário é o mesmo. Um portal de notícias do município de Anápolis reportou no mesmo dia que os estudantes entram no colégio às 7 horas e vão embora às 10h10, com o cronograma de aulas incompleto. Mas, apesar disso, a Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc) considera o momento oportuno para a implementação imediata do novo Ensino Médio.

O projeto tem preocupado professores e gestores das 367 unidades escolares da rede estadual que vão aderir ao piloto da nova metodologia em 2022. Fora as limitações de recursos humanos, a estrutura das escolas públicas não atende o que é proposto pelo Novo Ensino Médio, que prevê trilhas a serem desenvolvidas na prática em laboratórios. Especialistas temem que isso aumente ainda mais as desigualdades entre redes mais ou menos estruturadas, e também entre as redes privada e pública. Segundo Míriam Fábia, pouco se debate sobre a reforma das escolas e ampliação dos espaços com construção de laboratórios, quadras poliesportivas, prática de artes, e também contratação de novos professores licenciados. “Vivemos um momento de retomada presencial após dois anos de ensino remoto em função da pandemia da Covid-19, ainda



Foto: Erik Ely

Implantação do “Novo Ensino Médio”
ainda preocupa educadores

estamos avaliando os prejuízos que tivemos com todo esse processo. Como vamos implementar uma reforma deste tamanho que muda todo o ensino médio?”, questiona a doutora em Educação. Para a professora, existem problemas graves na proposição do projeto, no entanto, o tempo determinado pela Seduc para a implementação do Novo Ensino Médio merece destaque, cujo prazo de preparação dos profissionais não é suficiente e hábil. A docente da UFG comenta que a discussão atual deveria ser a evasão dos estudantes durante a pandemia. “Será um desafio enorme tanto para professores, quanto para os gestores das escolas, se prepararem para esse novo formato”, enfatiza. Míriam revela que realizou uma análise do currículo do novo Ensino Médio, que prevê a implementa-

ção do novo formato nas redes estaduais de educação e, segundo a vice-presidente regional da Anped, o governo falta com a verdade ao afirmar que houve ampla participação dos profissionais da educação. “Em todas as conversas que tivemos com professores, eles demonstraram mais preocupação, em alguns casos até desespero, para conseguirem cumprir as demandas defasadas do tempo de pandemia do que pensando em reforma do ensino”, completa.

Mudanças

Até agora, o ensino médio do País tinha, ao longo de três anos, um único itinerário igual para todos os alunos, organizado em 11 disciplinas. Com o novo formato, essas disciplinas passam a ser organizadas em quatro áreas de conhecimento, previstas na Base Nacional Comum

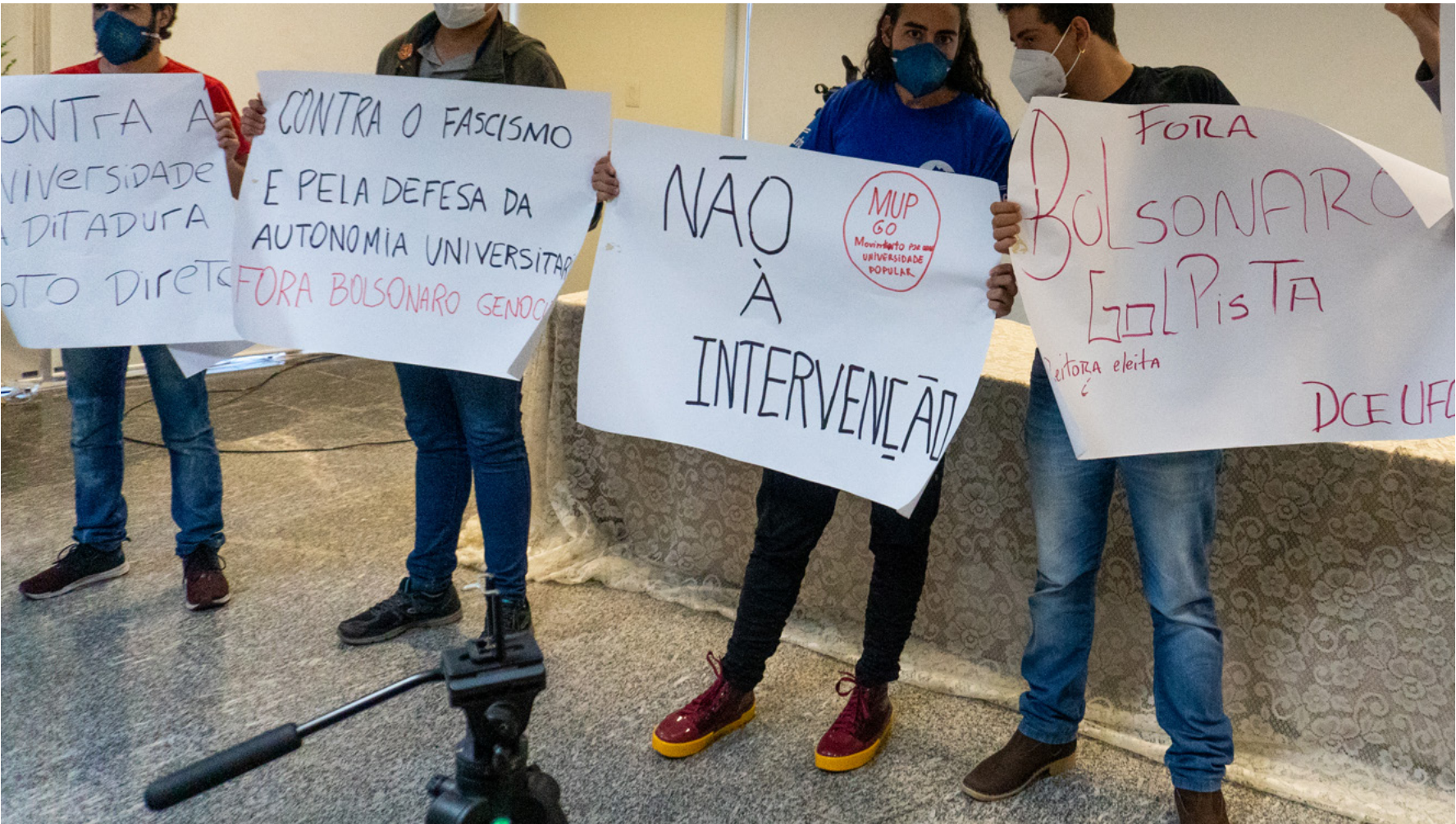
Curricular: Linguagens; Ciências da Natureza; Ciências Humanas e Sociais; e Matemática. Uma parte desse ensino será igual para todos os alunos, parte do tempo do estudo será de acordo com a escolha do aluno, a partir de áreas do seu interesse. Divisão que pode causar graves problemas na formação do aluno, segundo Míriam Fábia. “Será feita uma fragmentação do ensino médio. Posso dizer será uma educação ‘nem nem’, nem geral e nem específica. Agora as disciplinas obrigatórias serão apenas português e matemática, as outras disciplinas importantes para a formação da cidadania foram sucateadas. Faremos uma colcha de retalhos”, critica a docente.

Para ouvir a versão do Governo do Estado, o Jornal do Professor tentou, várias vezes, entrevistar a profissional responsável no âmbito da Secretaria Estadual de Educação, mas não obteve êxito. Em contato realizado no dia 1º de fevereiro com a assessoria de comunicação do órgão, agendamos uma entrevista presencial com a Superintendente de Ensino Médio da Seduc, Osvany da Costa Gundim Cardoso, para o dia 9 de fevereiro. No dia e horário marcados, a equipe do JP esteve na secretaria e foi informada que a entrevista havia sido cancelada. Depois de diversas tentativas de contato, a pasta enviou por e-mail respostas automáticas acerca da implementação do novo Ensino Médio. Para um dos principais questionamentos do JP, a Seduc informou que “o Governo de Goiás tem dado atenção especial à infraestrutura das unidades escolares, realizando obras de construção, reforma e ou ampliação em toda a rede estadual de ensino”. Em outra resposta, a pasta afirma que “um concurso público para a contratação de professores para a rede pública estadual de ensino já foi autorizado pelos órgãos competentes e um processo para a sua realização está em trâmite. A quantidade de vagas está sendo levantada e ainda não foi estabelecida a data de realização do certame.” Ou seja, nada realmente concreto e que viabilize a implementação do novo ensino.

NOMEAÇÕES DE REITORES SÃO MARCADAS PELO DESRESPEITO À AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

UFG ESTÁ ENTRE AS INSTITUIÇÕES QUE TIVERAM A CONSULTA À COMUNIDADE ACADÊMICA DESPREZADA PELO GOVERNO BOLSONARO

Foto: Erik Ely / Adufg



Após três anos de Bolsonaro na presidência, mais de 20 reitores que estavam no topo da lista tríplice não foram nomeados por ele

Vinícius Braga

“A minha reação não foi diferente de toda a comunidade universitária. Tive um duplo impacto. O primeiro é o da indignação, considerando que, pela primeira vez, a Universidade Federal de Goiás não teve a sua vontade respeitada. O segundo é a importante responsabilidade que recai sobre mim, que é conduzir a gestão nesse processo”. De forma resumida, é essa a avaliação feita pela nova reitora da UFG, professora Angelita Pereira de Lima, ao descobrir que teve o seu nome escolhido pelo Governo Federal para estar à frente da instituição pelos próximos quatro anos.

Ela era o terceiro nome indicado em lista tríplice encaminhada pela UFG ao Ministério da Educação (MEC) e esperava que o primeiro nome - professora Sandramara Matias - assumisse o cargo. Porém, em mais um ato antidemocrático e de afronta à autonomia universitária, Jair Bolsonaro rompeu uma tradição e não respeitou os resultados da consulta à comunidade acadêmica feita pelo Conselho Universitário (Consuni) da UFG.

Trata-se de uma manobra comum do atual Governo. Após três anos de Bolsonaro na presidência, mais de 20 reitores que estavam no topo da lista tríplice não foram nomeados por ele. A UFG é apenas uma das instituições, ao lado de outras como: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal do Ceará (UFC); entre outras.

“Se negássemos, a Universidade estaria em situação de instabilidade. A decisão foi individual, mas reflexo de uma decisão coletiva. Foi uma decisão administrativa, política, corajosa e que carrega em si muitos conflitos, inclusive com a minha própria trajetória e os meus posicionamentos”, diz a reitora.

A professora Sandramara Matias, vencedora da consulta, também demonstra sua perplexidade. “A UFG foi ferida na sua autonomia e, com muita indignação, recebemos a notícia da nomeação da professora Angelita Lima como reitora. Porém, ressalto que o problema não está na sua escolha, que é uma profissional extremamente competente, que defenderá a Universidade e a educação, e que fará um trabalho brilhante. A questão é o desrespeito ao

exercício da democracia”.

Apoio

Apesar da indignação contra a intervenção do presidente Jair Bolsonaro, a diretoria do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) manifesta apoio à posse da professora Angelita Pereira de Lima como reitora da UFG. A entidade reforça que, “se ela recusasse o cargo, um interventor alinhado às ideias bolsonaristas poderia ser indicado, o que contraria totalmente os princípios de qualquer instituição de ensino pautada pelos princípios do ensino público, gratuito e de qualidade”.

A diretoria destaca, ainda, que Angelita “é uma docente séria e respeitada por toda a comunidade acadêmica da UFG, que acabou encurralada por uma tentativa do presidente em causar instabilidade política dentro da Universidade”. Sua missão, acrescentou, é conduzir a instituição de ensino e, para isso, ela contará com o apoio da categoria.

O Adufg-Sindicato reitera seu total repúdio ao governo Bolsonaro e lembra que o processo de escolha da professora Sandramara Matias guardou absoluta harmonia com as normas legais e regimentais aplicáveis. “Sua escolha recebeu parecer técnico favorável no próprio MEC e teve apoio e reconhecimento de diferentes representações sociais e políticas do Estado de Goiás. Até mesmo candidatos que se submeteram à consulta à comunidade endossaram o processo democrático”.

Para a diretoria da entidade, Bolsonaro desrespeitou a escolha da comunidade acadêmica da mesma forma que desrespeita o povo brasileiro diariamente, com sua política desastrosa em áreas, como educação, saúde, economia, ciência e meio ambiente. “A intervenção do presidente é um retrocesso feito por um governo autoritário que quer colocar em risco a estabilidade do ambiente universitário”.

O presidente da Proifes-Federação, professor Nilton Brandão, também evidencia seu descontentamento, apontando a situação como uma manobra do Governo Federal para causar insegurança nas universidades públicas. “A autonomia garante que a escolha da universidade deve ser respeitada. A Proifes

tem uma atuação histórica neste sentido. Em toda nossa trajetória, defendemos a autonomia das instituições. As ações de Bolsonaro, especialmente no ataque às universidades, continuam sendo extremamente autoritárias. Por isso, continuaremos nossa luta em defesa da democracia”.

Atual gestão

Após o susto e a indignação, é momento de trabalhar pela UFG. Ao assumir o cargo, Angelita deixou claro, logo no início, que Sandramara integraria a atual equipe. Atualmente, a professora é assessora especial do Gabinete da Reitoria. “Não foi empossada reitora, mas faz parte do plano e tem o seu lugar na gestão. A professora poderá mostrar todo o seu potencial e dará a sua valiosa contribuição à nossa instituição”, diz a reitora.

Em relação à sua gestão, Angelita afirma que atuará pela repactuação da Universidade com toda a comunidade universitária, respeitando todas as suas multiplicidades. Para isso, ela conta com importantes diretrizes para nortear as ações a serem implementadas.

Uma delas, considerada pioneira em instituições públicas de ensino superior no Brasil, é a criação da Secretaria de Inclusão (SIN). Trata-se de uma unidade administrativa superior da UFG que vai atuar no desenvolvimento, fortalecimento e concretização de políticas e ações de reconhecimento da diferença e da diversidade, de inclusão de segmentos societários historicamente discriminados e de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento.

A titular da Secretaria é a professora da Faculdade de Ciências Sociais Luciana de Oliveira Dias, conhecida por ações em movimentos antirracistas e contra a LGBTfobia. “Acreditamos que, reunindo ações de inclusão, poderemos transformá-las em políticas da Universidade. A importância disso é a possibilidade de torná-las permanentes, independentemente da gestão”, justifica a docente.

Fortalecimento

Outro ponto destacado pela reitora é o fortalecimento das graduações. Ela aponta que a UFG expandiu suas vagas nos últimos anos e melhorou o seu ranking, mas a instituição possui demandas estruturais que

precisam ser priorizadas.

“Devemos apresentar uma política de permanência, organizada de forma integrativa, que se articule com órgãos e Pró-Reitorias para que a resposta seja mais eficaz. Um foco importante do plano de gestão é garantir a permanência dos estudantes na UFG”, diz Angelita.

Ela acrescenta que trabalhará pela presença efetiva da gestão nas unidades de Aparecida de Goiânia, Caldas Novas, Cidade de Goiás e Firminópolis. “Elas são diferentes e apresentam demandas específicas. Vamos ampliar o diálogo e apresentar propostas para que haja o fortalecimento de todas elas”.

Na sua gestão, Angelita conta com o professor Jesiel Carvalho como vice-reitor. O gestor encabeçava a lista tríplice definida pelo Conselho Universitário para o cargo e integrou a mesma chapa da professora Sandramara Matias. Professor do Instituto de Física (IF), Jesiel já estava participando do processo de transição e deixa a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI), da qual foi titular na última gestão.

Segundo ele, o plano de gestão é produto de longo processo de discussão, que começou na Universidade no ano passado. Entre os destaques, o docente aponta que nova gestão terá uma preocupação especial em fortalecer e ampliar o conjunto de ações que são realizadas com a sociedade, aumentando desta forma a interação entre a UFG e a comunidade externa. “Trata-se de uma ação social da instituição para além da sua atividade primordial. Há um conjunto de ações que precisam ser fortalecidas e mecanismos que precisam ser melhorados”.

O vice-reitor também ressalta a intenção de aprimorar a comunicação da Universidade. “Queremos melhorar a comunicação da UFG com a sociedade, termos uma comunicação mais integrada e integradora tanto no âmbito interno quanto externo, inclusive como forma de demonstrar e esclarecer permanentemente à população da qual a Universidade depende para sobreviver, o que nós fazemos, o que nós desempenhamos, como a UFG ajuda e contribui com o desenvolvimento econômico e social do nosso estado”, finaliza Jesiel.

APESAR DE SEREM A MAIORIA DE ESTUDANTES NAS UNIVERSIDADES, MULHERES OCUPAM MENOS ESPAÇO NA CIÊNCIA

JORNAL DO PROFESSOR CONVERSOU COM TRÊS CIENTISTAS E DOCENTES LEMBRADAS PELO RANKING DOS PESQUISADORES MAIS INFLUENTES DA AMÉRICA LATINA, DIVULGADO NO ANO PASSADO, QUE FALARAM DOS DESAFIOS PARA SE DESTACAREM NA PESQUISA E CONCILIAREM A DUPLA JORNADA COM OS LABORATÓRIOS



Fotos: Arquivo Pessoal

(Da esquerda para direita) Docentes Elaine Carbonero (UFCAT), Danielle Silva (UFJ) e Ana Paula Kipnis (UFG) superaram desafios e se consagraram como nomes importantes da ciência em Goiás

Luciana Porto

Como meta para o desenvolvimento sustentável, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) definiu o dia 11 de fevereiro como o Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência. A ideia é incentivar o acesso e a participação feminina de forma igualitária. Apesar disso, a conta não fecha. Segundo a ONU, apenas 30% das estudantes que ingressam na universidade escolhem carreiras relacionadas à ciência e à tecnologia, por outro lado um estudo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira descobriu que quase 59% dos discentes do País são mulheres.

De acordo com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, as mulheres constituem 43,7% dos pesquisadores científicos no Brasil. Então, por que dentre as bolsas de produtividade oferecidas pelo órgão, por exemplo, apenas 19% são concedidas para mulheres entre 30 e 34 anos e 25% para mulheres entre 35 e 39 anos? Pode se considerar o fato de que a pequena porcentagem de bolsas concedidas para mulheres na faixa etária de 30 a 39 anos coincide com o período da maternidade e a porcentagem de concessão de bolsas volta a aumentar conforme a idade da mulher aumenta também, atingindo o maior número na faixa de 45 a 54 anos.

Na maior autarquia de incentivo à ciência no Estado de Goiás, a Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPEG), toda a diretoria é formada

por homens, e no Conselho Superior, de 15 membros indicados, apenas duas mulheres compõem a equipe: a professora Joelma Abadia Marciano de Paula, da Universidade Estadual de Goiás (UEG), e a professora Priscila Valverde de Oliveira Vitorino, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO).

Renúncia

No “Latin America Top 10.000 Scientists”, o “AD Scientific Index 2021 Version 1.1”, relatório que enfatiza a produtividade científica dos pesquisadores em nível internacional, na América Latina, Elaine Rosecher Carbonero é a única mulher docente da Universidade Federal de Catalão (UFCAT) a figurar no ranking. Contudo, chegar até aqui não foi nada fácil para a cientista. Entre 2015 e 2016, a professora iniciou o pós-doutorado na University of British Columbia, no Canadá. Com filhos bem pequenos, de dois e quatro anos, os desafios começaram ainda no aeroporto com voos cancelados e 52 horas diretas de espera. “Foi o maior desafio da minha vida. Eu não conseguia escola para as crianças no início, e só depois arranjei uma babá que ainda falava outra língua e meus filhos não conseguiam se comunicar com ela. Eu nunca tinha saído para fora do Brasil, aprendi o inglês aos poucos na vivência porque vim de uma família que não tinha condições financeiras de pagar cursos de idiomas e sempre estudei em escolas públicas. Gostam de olhar o nosso

salário no Portal da Transparência, mas nunca perguntam o que fizemos para chegar até aqui”, conta a cientista que atua com Extração, Purificação e Caracterização Estrutural de Polissacarídeos de Cogumelos Comestíveis e/ou Medicinais.

Resiliência

Danielle Fabíola Pereira da Silva é uma das poucas pesquisadoras da Universidade Federal de Jataí a também ser listada “Latin America Top 10.000 Scientists”. A cientista, que atua na área de Fruticultura, relembra que as mulheres foram por muito tempo excluídas do acesso à educação, o que ainda afeta a participação delas no campo da ciência. No entanto, Danielle comenta que sempre soube lidar com situações de preconceito e os desafios de ser mulher e cientista. “É cultural, mas com o tempo e paciência vamos desconstruindo essas barreiras que foram erguidas ao longo dos anos. Além disso, não acredito que as mulheres enfrentam desafios apenas na academia ou na ciência. Nós, mulheres, temos diversas jornadas de trabalho ao longo de um mesmo dia: cuidar da casa, dos filhos, de familiares idosos, esses cuidados em geral sempre foram exercidos por mulheres. Mas, isso também nos ajudou a gerenciar melhor o nosso tempo e, nem por isso, deixamos de fazer ciência”, pondera a docente.

Resistência

Pesquisadora do Instituto de

Patologia Tropical e Saúde Pública da Universidade Federal de Goiás (IPTSP/UFG), Ana Paula Junqueira Kipnis é a terceira docente entrevistada para essa reportagem. Também classificada como umas das cientistas mais influentes da América Latina, a docente lembra do início da carreira na UFG, 30 anos atrás. “Na própria universidade, por ser mulher, a sua opinião não é respeitada. Há alguns anos, a composição dos departamentos faziam com que a sua voz não fosse ouvida. Quando eu pedi a licença para doutorado, enquanto todos tiravam três anos renováveis para mais um, eu consegui apenas dois anos”, exemplifica Ana Paula. Outro ponto que a docente levanta é a dupla jornada entre a ciência e a família. “Normalmente, as pessoas pensam que quando uma mulher decide ser cientista, naturalmente ela está excluindo a possibilidade de ter filhos. Fiz duas mudanças de paradigmas na minha vida que fui muito criticada na minha carreira. A primeira delas é quando decidi fazer um concurso aqui em Goiânia para ser professora e a segunda quando decidi ter filhos. Quando eu ia a congressos da minha área, eu levava a minha neném, não poderia deixá-la sem amamentar. E eu percebia os olhares diferentes, como se eu estivesse naquele local só de passagem, não fosse me tornar uma cientista de sucesso. O IPTSP, que considero a minha casa, também foi a casa das minhas filhas, elas sempre me acompanhavam no laboratório”, revela a pesquisadora.

NOVO PLANO DIRETOR DE GOIÂNIA NÃO ATENDE MOBILIDADE, SUSTENTABILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL, APONTAM ESPECIALISTAS DA UFG

DOCENTES DA EECA E FAV ACOMPANHARAM O PROCESSO DE DISCUSSÃO DO PROJETO E AFIRMAM QUE PROPOSTA NÃO PENSA NA CIDADE COMO UM TODO E PODE CAUSAR PROBLEMAS IRREPARÁVEIS A LONGO PRAZO. ALÉM DISSO, ESPECIALISTAS QUESTIONAM FALTA DE TRANSPARÊNCIA NA ELABORAÇÃO DO TEXTO FINAL



Professores Karla Emmanuela Ribeiro Hora (EECA) e Bráulio Vinicius Ferreira (FAV) criticam proposta

Luciana Porto

Apesar da pouquíssima participação social no processo, o Plano Diretor de Goiânia foi aprovado no último dia 3 de fevereiro pela Câmara Municipal de Goiânia. Contudo, até o fechamento desta edição do *Jornal do Professor*, sequer o texto final do projeto foi colocado à disposição para consulta da população goianiense. A proposta, que vem sendo mantida à sete chaves pelo legislativo da capital por motivos dúbios, teve apenas seis votos contrários dos 35 vereadores eleitos. Pouco se sabe sobre o que realmente muda na prática, mas trechos da discussão já despertavam a preocupação de especialistas. O *Jornal do Professor* conversou com a professora, doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento e diretora da Escola de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade Federal de Goiás (EECA/UFG), Karla Emmanuela Ribeiro Hora; e com o professor, doutor em Educação e diretor da Faculdade de Artes Visuais da UFG (FAV/UFG), Bráulio Vinicius Ferreira; sobre como as propostas afetam a mobilidade, o meio ambiente, moradia e outros importantes pontos de desenvolvimento da capital.

JP: Como vocês analisam a proposta do novo Plano Diretor?

Karla: Nós dialogamos várias vezes com a Câmara sobre alguns pontos do projeto que deveriam ser alterados, como o adensamento ur-

bano, áreas de inundações, regiões de proteção ambiental e muitas outras questões. Porém, não tivemos acesso ao texto final para saber se o que aconselhamos foi levado em consideração. Existe uma falta de transparência sobre o que realmente ficou estabelecido, mas pelo que pudemos acompanhar durante o processo é um projeto muito ruim em termos de se pensar uma cidade que precisa se preparar para os eventos de mudanças climáticas extremos e também uma cidade que precisa promover emprego, segurança, inclusão, sobretudo em um momento de crise sanitária. Entendo que esse plano é totalmente deficitário.

Bráulio: A metodologia da Câmara é completamente questionável, não tratam o assunto com transparência. As audiências públicas para debate do projeto foram bastante restritas e com a qualidade de argumentos muito ruins. O que enxergamos é uma falta de preparo dos nossos vereadores. O projeto não tem que passar apenas pelo crivo técnico, abordar a questão social e ambiental é fundamental. Na audiência sobre o Setor Sul em que estive presente foi apresentado um vídeo totalmente difuso da realidade. Sem falar que não conhecemos o texto final da proposta, ele foi para análise sem passar por nós técnicos e aprovado no plenário com muita facilidade. É obvio que a

cidade precisa crescer, mas este é um plano que se a cidade seguir a referência, daqui alguns anos teremos muitos mais problemas de trânsito, alagamentos e outros.

JP: Quais os pontos que vocês consideram controversos na proposta?

Karla: No dia 4 de janeiro acompanhei uma audiência cujo relatório não apresenta as proposições que a comissão mista aprovou. Ou seja, a própria relatora do projeto (Sabrina Garcês/PDS) vai para a reunião e não apresenta quais são os elementos que a comissão acatou ou não do projeto original da prefeitura. Quais foram os pontos? O que levou essa alteração? Quais justificativas? E a relatora simplesmente não apresenta. Se nós que somos da área técnica chegamos no final do processo sem saber qual é o documento aprovado, imagina a sociedade que não tem a mínima noção disso tudo que está acontecendo? Mas, quais são os problemas que nós enxergamos nesse projeto? O primeiro é o que diminui o território das áreas rurais. O que essa lei propõe eu não tenho nem palavras para explicar. Criaram uma categoria que, a depender da interpretação técnica, essa área é ou não rural. Porém, o que precisamos nos perguntar é: por que transformar área rural em área urbana? A gente cresce a cidade

quando precisa construir moradia. Na avaliação técnica, o laudo é de que existem 110 mil imóveis em Goiânia vagos. Com esse número, é possível locar cerca de 600 mil pessoas. A capital vai crescer este número em 10 anos? Então qual a necessidade de ampliação de área urbana? Não existe um fundamento técnico que justifique esse crescimento urbano e diminuição de área rural, a não ser a especulação do solo. Além disso, estão realizando essa expansão urbana na região norte da capital, que é uma área totalmente vulnerável.

Bráulio: Outro ponto que me preocupa é que o novo Plano Diretor colocou um dispositivo na lei que permite o empreendedor imobiliário ao construir um loteamento não será mais obrigado a ceder áreas para construção de espaços públicos de lazer e saúde, mas poderá pagar uma espécie de indenização por isso. Ou seja, com isso as pessoas vão precisar se deslocar mais para ter acesso a serviços básicos como creche, posto de saúde e parques. Esse novo Plano Diretor trabalha em favor do empreendedorismo imobiliário. Transporte e mobilidade são pontos muito preocupantes também.

Até o fechamento desta edição o texto final do novo Plano Diretor não havia sido divulgado pelos órgãos competentes

FALTA DE VERBAS PARALISA PLATAFORMA QUE MONITORA CERRADO

FERRAMENTA TEM A IMPORTANTE MISSÃO DE MAPEAR OS DESMATAMENTOS DETECTADOS NO SEGUNDO MAIOR BIOMA DA AMÉRICA DO SUL

Vinicius Braga

Uma plataforma gratuita capaz de monitorar os desmatamentos detectados no Cerrado, além de oferecer dados sobre uso de solo, biodiversidade e socioeconomia. Trata-se da ferramenta Cerrado DPAT (disponível em cerradodpat.ufg.br), criada pelo Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento da Universidade Federal de Goiás (LAPIG/IESA/UFG).

O que deveria ser apenas motivo de orgulho para os pesquisadores da instituição, tornou-se também uma preocupação. Isso porque não há garantias, por parte do Governo Federal, de continuidade dos recursos destinados ao projeto, o que levou à paralisação desse importante trabalho de acompanhamento do bioma.

A iniciativa começou em 2016, quando o Brasil foi escolhido como destino para receber recursos do Forest Investment Program – FIP (Fundo de Investimento para Florestas), bancado por vários países e administrado pelo Banco Mundial. A verba de US\$ 9 milhões foi destinada ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que fez uma parceria com a UFG para a criação da plataforma. Pelo acordo, o governo brasileiro é o responsável pela manutenção do projeto.

O recurso vindo do FIP es-

tava previsto até 2019, mas foi prorrogado duas vezes. No fim de 2021, a verba foi encerrada e o que resta entre os pesquisadores envolvidos é a incerteza. É o que aponta Laerte Guimarães Ferreira, professor do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), e que, ao lado da UFG, responde pela iniciativa. A expectativa, segundo ele, é que o Governo Federal continue disponibilizando recursos. Na UFG, foram desmobilizados vários pesquisadores, incluindo bolsistas de iniciação científica, mestrado e doutorado.

Agora, as atenções se voltam para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), que está trabalhando para que o recursos venham do Fundo Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), gerido pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). “Até agora, não sabemos quando os recursos vão chegar ou se realmente vão chegar. Existe um compromisso de continuar o projeto, mas ainda estamos paralisados”, alerta Laerte.

Importância da plataforma

De acordo com o INPE, em 2021, foram desmatados 8.500 km² do Cerrado, um aumento de 8% em relação ao ano anterior. Somente em Goiás, houve a retirada de 920 km² de vegetação natu-

ral, representando um crescimento superior a 25% comparado a 2020. Diante disso, a plataforma Cerrado DPAT apresenta um papel imprescindível para o controle desta realidade, já que alerta sobre a gravidade da situação e orienta políticas públicas para amenizar o problema. Ao longo da sua vigência, mais de 110 prefeituras no estado de Goiás foram capacitadas para utilizar a ferramenta. Assim, cada município pode otimizar a sua governança territorial, bem como fazer uma melhor gestão ambiental.

“O Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul, com mais de 2 milhões de km². Ele apresenta uma importância global, do ponto de vista da biodiversidade, segurança hídrica, segurança alimentar, geração de energia, entre outros. Até 2016, não havia um sistema de monitoramento oficial. Nós desenvolvemos a plataforma com esse propósito, podendo ser acessada por qualquer pessoa, de forma pública e gratuita. A sua paralisação representa uma grande perda não apenas para nós, da UFG, mas para o Brasil e o mundo”, analisa Laerte.

De acordo com o professor, o maior esforço já foi feito: o desenvolvimento da Cerrado DPAT. Para a sua manutenção, o custo é

bem menor. “É um benefício grandioso para um gasto tão pequeno, aproximadamente R\$ 200 mil por ano. Por isso, esperamos que o MCTI sinalize positivamente em relação aos recursos para que possamos continuar esse trabalho e trazer novas funcionalidades”.

Descaso

A falta de recursos para a manutenção da plataforma desenvolvida pela UFG é apenas um exemplo, entre tantos, de total descaso com a Educação, Pesquisa e Ciência no Brasil atual. O professor Laerte se vê preocupado diante desta situação. “Temos um governo que ameaça o presente e o futuro, desperdiçando o que nosso país tem de mais precioso: a juventude. O que vemos, não são apenas cortes orçamentários, são cortes de oportunidades”.

Apesar disso, ele conclui com uma mensagem otimista em relação ao atual momento: “Mesmo diante de tantos constrangimentos orçamentários, não podemos desanimar. Nós, da UFG, somos maiores, mais criativos e resilientes que os desafios enfrentados. Estejamos atentos. Esses tempos sombrios irão passar e precisamos estar prontos para reconstruir tantas coisas que estão sendo desmanteladas”.

Foto: Arquivo pessoal



Professor Laerte Guimarães, do Instituto de Estudos Socioambientais da UFG, lamenta a paralisação desse importante trabalho

Foto: Marcelo Camargo - Agência Brasil



Em 2021, foram desmatados 8.500 km² do Cerrado, um aumento de 8% em relação ao ano anterior

PESQUISA BUSCA ALTERNATIVAS BIOLÓGICAS AOS FERTILIZANTES QUÍMICOS EM PRODUÇÃO DE GRÃOS NO BRASIL

AINDA EM FASE INICIAL, ESTUDO REALIZADO EM PARCERIA COM A EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO EMPREGA MICROORGANISMOS NATURAIS NO CULTIVO DE GRÃOS E JÁ TEM RESULTADOS PRÉVIOS PROMISSORES

Foto: Divulgação



Produção de grãos pode ser otimizada com inoculantes capazes de substituir o papel dos fertilizantes químicos

Luciana Porto

Segundo maior produtor de grãos do planeta e um dos maiores exportadores agrícolas do mundo, o Brasil vive um dilema: é dependente do mercado externo quando se trata de fertilizantes. Dados da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda) revelam que, das 40 milhões de toneladas de adubos químicos entregues ao mercado brasileiro em 2020, somente 6 milhões não foram importados. Ou seja, 85% dos fertilizantes usados são estrangeiros, sujeitando o setor agrícola ao preço do dólar, o que, consequentemente, onera ainda mais o processo de plantio. Uma pesquisa realizada em parceria pela Universidade Federal de Goiás (UFG), pelo Instituto Federal Goiano (IF Goiano) e pela Embrapa Arroz e Feijão pretende mudar este cenário para a produção de grãos. O estudo tem como objetivo utilizar microrganismos (bactérias) promotores de crescimento que operam certos mecanismos, como a fixação biológica de nitrogênio, a solubilização de fosfato e a produção de fitormônios. A ideia da nova pesquisa é a de unificar esses mecanismos em um só produto, reduzindo assim o uso de

fertilizantes químicos na agricultura de grãos.

A doutoranda do Programa de Pós-graduação da Escola de Agronomia da Universidade Federal de Goiás (EA/UFG), Ana Paula Santos Oliveira, explica que o inoculante multifuncional é um insumo biológico que contém uma grande quantidade de bactérias benéficas às plantas. De acordo com a pesquisadora, o processo já é utilizado na cultura da soja para fixação de nitrogênio. “Na produção da soja, atualmente, quase não se usa mais aditivos, apenas os insumos biológicos. Isso já está muito bem definido para este grão. No entanto, para o feijão, que é um grão muito consumido e produzido em larga escala no Brasil os insumos biológicos ainda não são muito utilizados. O cultivo do feijão é mais exigente e depende de outros fatores, como o solo”, conta.

Pensando nisso, a doutoranda que atua na área de Melhoria de Plantas, e Solo e Água pontua que o desafio é reunir o máximo de bactérias com papéis diferentes em um único inoculante para potencializar o seu uso e proporcionar mais benefícios, sobretudo para cultivos de grãos

mais difíceis, como o feijão. Os pedidos de registro desse inoculante ainda serão realizados em fases mais avançadas da pesquisa que contam com a participação do setor privado para desenvolver a formulação. Antes de o inoculante se tornar um produto comercial e chegar aos produtores, a pesquisa ainda irá estabelecer fatores de dosagem, formas de aplicação, práticas de manejo, adaptação das estirpes em solos de Cerrado, entre outros.

No entanto, já se sabe que o efeito do insumo biológico é mais benéfico para a planta do que um fertilizante químico e, além disso, pode reduzir em até 50% o custo da produção agrícola de grãos. Segundo a pesquisadora, para o aproveitamento ideal dos compostos do aditivo químico pela planta, é necessária uma aplicação bastante superior do material, ou seja, há desperdício. “A adubação química deve ser feita a mais do que a planta vai consumir e o que sobra acaba indo parar no lençol freático e contaminando os rios. Além disso, aumenta muito o custo da produção, porque é necessário comprar mais insumos. Diferentemente, as bactérias realizam

muito bem essa tarefa sem risco nenhum de contaminação e com custos bem menores”, completa.

Parceria

A equipe que desenvolve o estudo é composta pelo pesquisador da Embrapa Arroz e Feijão, Enderson Petrônio de Brito Ferreira, que é orientador da tese de doutorado da pesquisadora Ana Paula Santos Oliveira, e pelas alunas de doutorado, Cássia Cristina Rezende, e mestrado, Caroline Domingos Bittencourt. A Embrapa Arroz e Feijão é a idealizadora do projeto e conseguiu os recursos para o desenvolvimento da pesquisa, isolou os microrganismos e estabeleceu parcerias com as áreas de produção comerciais onde os ensaios são conduzidos. “Essa parceria da UFG com a Embrapa é muito importante porque coloca os estudantes em contato com grandes produtores, além de proporcionar o acesso a essas bactérias que são específicas do banco da empresa. Por meio dessa parceria, também podemos manter contato com outras instituições, como o IG Goiano que é onde a pesquisa está sendo desenvolvida aqui no campus de Ceres”, comemora Ana Paula.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, AVALIAÇÕES TÉCNICAS E A NECESSÁRIA DISCUSSÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

O adicional de insalubridade, dada sua importância, é garantido de forma expressa pela Carta Magna de 1988, em seu artigo sétimo, que trata sobre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, com enfoque na melhoria de sua condição social, estabelecendo no inciso vigésimo terceiro o “adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei”.

No caso das servidoras e servidores públicos federais, a Lei nº 8.112/90, em seu artigo 6, trouxe a previsão de que “os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo”. Pretendendo regulamentar a questão e trazer balizas para aferição e concessão do direito, sobrevieram várias Orientações Normativas, sendo aquela que atualmente se encontra vigente a de número 7, publicada em 14 de fevereiro de 2017, que logo em seu artigo segundo já explicita que “a caracterização da insalubridade e da periculosidade nos locais de trabalho respeitará as normas estabelecidas para os trabalhadores em geral”.

A referida Orientação Normativa (ON), em seu décimo artigo, disciplina o que “deve” constar em um laudo técnico, sendo que o verbo é impositivo e estabelece tais itens como obrigatórios, ou seja, não são uma faculdade de quem avalia, dentre os quais podemos destacar como obrigatórios a necessidade de identificar “o local de exercício ou o tipo de trabalho realizado”, “o agente nocivo à saúde ou o identificador do risco” e “o grau de agressividade ao homem, especificando: limite de tolerância co-

nhecida, quanto ao tempo de exposição ao agente nocivo; e verificação do tempo de exposição do servidor aos agentes agressivos”, além do que deve classificar os “graus de insalubridade e de periculosidade, com os respectivos percentuais aplicáveis ao local ou atividade examinados”.

Pois bem, diante do imperativo expressamente consignado no parágrafo acima, é de fácil constatação que os laudos, pelo menos nas dezenas

que estão expostos, sem a adequada avaliação que contemple tudo que prevê a norma. É o caso, inclusive, das análises quantitativas, por meio de medições e aferições do ambiente de trabalho dos servidores e servidoras que estão expostos aos agentes químicos, sendo comum o caso de compartilhamento de laboratórios, interação de substâncias e a contaminação cruzada.

Refletindo sobre o referido adi-



que já tivemos acesso, não cumprem com a obrigação mínima que está prevista na Orientação Normativa, sendo que tal ON vigente é, e pode ser, objeto de uma série de críticas, como por exemplo a absoluta ignorância quanto às substâncias químicas perigosas e/ou cancerígenas que foram identificadas e classificadas em outros países, a análise das exposições e formas de avaliação previstas, dentre várias outras.

A intenção do texto é demonstrar que, apesar da Orientação Normativa ser ruim em vários aspectos, a sua ignorância e não cumprimento têm um condão de prejudicar ainda mais os servidores e as servidoras

cional, que se trata de uma reparação ao servidor e servidora por um dano à saúde que estão submetidos, Alexandre Pinto da Silva traz considerações relevantes: “A questão da insalubridade no Brasil é altamente complexa, pois o pagamento desse adicional é uma questão ultrapassada, já que o trabalhador vende a sua saúde à prestação ao empregador, sendo que em longo prazo os problemas aparecerão e o INSS ficará com os encargos desse trabalhador, que poderá ficar inválido ou com limitações para o trabalho. Os agentes insalubres são aqueles prejudiciais ao trabalhador em longo prazo, minam sua saúde devido à exposição continuada, culminando nas doenças

profissionais ou do trabalho.”

Ele complementa: “Realmente não podemos concordar com o referido adicional. A única justificativa plausível para ainda existir o adicional de insalubridade é para forçar as empresas a investirem em segurança, pois do contrário, terão seus encargos aumentados. A questão se tornou quase que puramente financeira, sem discussão do que realmente importa, que é a saúde do trabalhador. O empregador está preocupado em diminuir seus custos e não sofrer qualquer multa ou outra forma de punição, e não com a saúde e segurança de seus empregados. Infelizmente essa é a realidade, vedando qualquer possibilidade de discussão deste vergonhoso adicional, que é único no mundo.”

Importante ainda pensarmos e lutarmos para que as medidas corretivas necessárias para eliminar ou neutralizar os riscos, ou avançar na proteção contra seus efeitos, sejam ampliadas e de fato implementadas. Não é razoável que constem apenas no fim da avaliação técnica produzida pela universidade como uma promessa que, ano após ano, é solenemente ignorada.

O presente texto e suas reflexões são dedicadas a todas servidoras e servidores que, lamentavelmente, faleceram ou sofreram danos à sua saúde pelas inadequadas condições de trabalho, bem como uma reflexão para que se cumpra o que já está positivado, de modo que o debate a ser realizado visa efetivar e garantir reais condições de trabalho.

Elias Menta, advogado da Assessoria Jurídica do Adufg-Sindicato

INFORME JURÍDICO

UFG ATENDE PEDIDO DO ADUFG-SINDICATO E CUMPRIRÁ CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL PARA COMUM

Em resposta ao ofício encaminhado pelo Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato), a Universidade Federal de Goiás (UFG) informou que duas notas técnicas do Ministério da Economia amparam os procedimentos administrativos de subsídio de pedidos de conversão de tempo especial em tempo comum para fins de abono permanência ou aposentadoria. O documento foi assinado pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da instituição de ensino.

No ano passado, o Adufg-Sindicato pediu que todas as universidades federais localizadas em Goiás fornecessem os documentos necessários para a realização das solicitações de conversão. Na época, a entidade ressaltou que o pedido estava de acordo com a aplicação do tema 942 no período anterior à Emenda Constitucional nº 103/2019, que validava a contagem de tempo diferenciado aos servidores que trabalharam sob condições nocivas à saúde, insalubres ou perigosas.

FACILIDADE

O advogado Elias Menta, da Assessoria Jurídica do Adufg-Sindicato, explica que o entendimento da UFG facilita a realização dos procedimentos necessários para a conversão do tempo especial em tempo comum. “Neste

contexto, professores e professoras que tiveram seus pedidos eventualmente suspensos na análise ou negados por falta de disciplina administrativa para conversão poderão pleitear a reanálise com base no entendimento da Pró-Reitoria”, afirma.

Para o presidente do Adufg-Sindicato, professor Flávio Alves da Silva, a resposta da universidade é uma conquista importante para a luta dos servidores públicos. “Trata-se de um grande avanço, uma vez que o Supremo Tribunal Federal efetivou o direito constitucionalmente garantido na redução do período necessário para a aposentadoria daqueles que exercem suas atividades sob condições especiais que prejudicam a saúde ou a integridade física”, diz.

ENTIDADES PROTOCOLAM PEDIDO DE INTERVENÇÃO EM AÇÃO QUE SUSPENDEU PASSAPORTE DE VACINAÇÃO NA UFG E NA UFJ

O Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) está entre as entidades autoras do pedido de intervenção na qualidade de amicus curiae junto à Justiça Federal na ação da Defensoria Pública da União (DPU) que suspendeu o passaporte vacinal na Universidade Federal de Goiás (UFG) e na Universidade Federal de Jataí (UFJ). O documento requer que a liminar proferida seja imediatamente revogada/cassada, devolvendo a

aplicabilidade da resolução do Conselho Universitário (CONSUNI) da UFG, que prevê a obrigatoriedade do passaporte vacinal como uma das medidas para resguardar a comunidade acadêmica no retorno às atividades presenciais.

No pedido, Adufg-Sindicato, o Sindicato dos Trabalhadores Técnicos Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior de Goiás (Sint-Ifesgo) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE) desta-

Foto: Arquivo Canva



cam, entre outras questões, que “a pandemia não acabou e que a contaminação pode ser ainda mais agravada em situações em que não há observância de preceitos elementares de saúde e segurança”.

Para o presidente do Adufg-Sindicato, professor Flávio Alves da Silva, a implantação do passaporte de

vacinação é fundamental para a retomada das atividades presenciais. “A suspensão do comprovante de imunização é inaceitável. Na visão da ciência, o passaporte é uma política pública para a proteção coletiva e o estímulo da imunização. Todos os dados científicos comprovam que vacinas salvam vidas”, afirma.

EM BRASÍLIA, ADUFG-SINDICATO REFORÇA REINVINDICAÇÃO POR REAJUSTE SALARIAL PARA SERVIDORES PÚBLICOS



Foto: Erik Ely

Após o envio de proposta de reajuste salarial dos servidores públicos, o Governo Federal ainda não deu retorno às entidades sindicais. Diante disso, representantes de diversos sindicatos participam de atos em Brasília em defesa de suas categorias. Representantes do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) têm marcado presença nas mobilizações para defender os direitos dos docentes.

O presidente do Adufg, professor Flávio Alves da Silva, destaca a importância da luta. “Estamos há cinco anos sem reajuste para a categoria. Tivemos

uma perda inflacionária superior a 40% nos últimos anos. Enviamos uma proposta há um mês e ela sequer entrou em pauta. Porém, nossa luta é permanente. Não dá mais para suportar tantos desmontes vindos do Governo Federal”.

O último reajuste ocorreu em 2017. De lá para cá, as remunerações do serviço público sofreram grande defasagem de quase 30%. Em 2021, a inflação fechou a 10,06%, acima do teto da meta e no maior nível nos últimos seis anos. Diante disso, os manifestantes reforçam a importância da luta pela valorização das categorias.

EM ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DO ADUFG-SINDICATO, PROFESSORES VOTAM FAVORAVELMENTE À RETOMADA GRADUAL DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS

O Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) realizou Assembleia Extraordinária para tratar, entre outras questões, do retorno das atividades presenciais. Em votação realizada na reunião virtual, a maioria dos professores sindicalizados presentes votou de forma favorável ao apoio do Adufg à retomada gradual das atividades presenciais nas três universidades nas datas preestabelecidas. Foram 56 votos favoráveis e 13 contrários.

Na ocasião, ficou definido que será elaborado um do-

cumento elencando as condições necessárias para o retorno. “Precisamos nos posicionar enquanto sindicato. Não dá para retornarmos às atividades de qualquer jeito. Por isso, essa assembleia se faz importante para ouvirmos os professores. Iremos apresentar as condições necessárias para que essa retomada seja realizada de forma segura para toda comunidade acadêmica. Posteriormente, as reivindicações serão apresentadas pela entidade às gestões das universidades”, afirmou o presidente do Adufg-Sindicato, professor Flávio Alves da Silva.

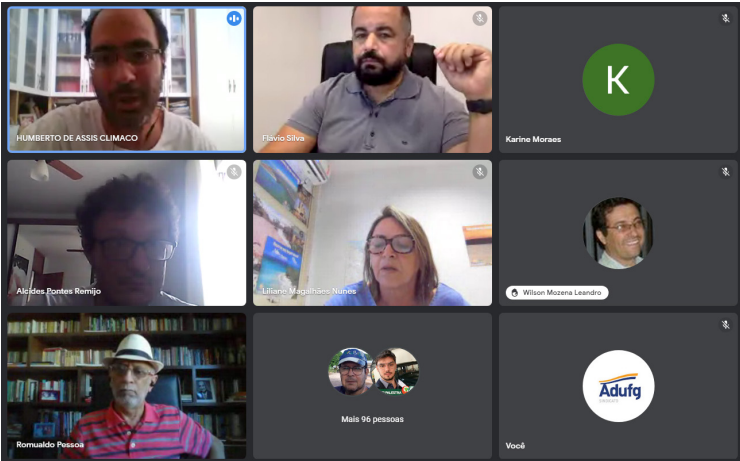


Imagem: Adufg

DO ESPORTE À ACADEMIA, PÓDIOS E MEDALHAS SÃO PARTE DA VIDA DE ALCIR

PROFESSOR, ATLETA, COORDENADOR DE UNIDADE, QUÍMICO INDUSTRIAL, JOGADOR DE FUTEBOL, FRESCOBOL, PESQUISADOR. EM TUDO QUE SE DEDICOU E FEZ, ALCIR HORÁCIO LEVOU O TROFÉU PARA CASA

Luciana Porto

Troféus, medalhas, fotografias, camisetas, recortes antigos de jornais e revistas. Tudo guardado com o máximo de zelo e carinho. Quase não dá pra contar a quantidade de memórias que o professor Alcir Horácio da Silva guarda da sua vida esportiva. Nascido no Rio de Janeiro e criado na favela Boogie Woogie, ao lado do Morro do Dendê, o docente sempre se dedicou ao esporte, que tornou-se a sua marca registrada também entre os colegas de profissão e estudantes. Figura icônica da Universidade Federal de Goiás (UFG), é difícil encontrar alguém que não conheça o professor rigoroso e o diretor severo do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (Cepae). Em diversos momentos, a história de Alcir se confunde com a da universidade. Em abril, o docente completa 29 anos de instituição, quase metade dos 61 de história da UFG. Prestes a se aposentar e voltar ao Rio de Janeiro, Alcir abriu as portas da sua casa ao *Jornal do Professor* e mostrou o seu lado humano, espiritualista, dedicado, e, sobretudo, apaixonado por tudo aquilo que faz.

Futebol

“Na comunidade onde eu morava a Polícia Militar desenvolvia alguns projetos, por causa dessa questão da vulnerabilidade social, naquela época já havia o tráfico. Quem trabalhava e estudava tinha alguns privilégios. Então, eu vendia picolé na praia, estudava e também praticava alguns esportes. Meu irmão mais velho era fuzileiro naval e gostava de me desafiar nas atividades físicas. Fui corredor por muito tempo, cheguei a participar de sete maratonas ao todo. E, como todo menino de favela, eu também jogava futebol. Comecei jogando em time de várzea e depois fui contratado por um time conhecido lá no Rio (de Janeiro), o Cocotá Esporte Clube. Certo dia, um “olheiro” me viu jogando e me convidou para jogar no Olaria Atlético Clube. Fiquei lá por três campeonatos cariocas, nos anos de 1977, 1978 e 1979.” Alcir conta que, no entanto, a carreira no futebol não durou muito tempo. Isso porque os



Foto: Erik Ely

Em abril, o docente completa 29 anos de instituição, quase metade dos 61 de história da UFG

pais o aconselharam a estudar e ter uma profissão. “Naquela época jogador de futebol não era visto como uma profissão, e além disso eu já tinha lesionado o joelho. Então decidi ficar apenas com os meus estudos”, completa o docente.

Goiânia

Apesar disso, o esporte nunca deixou de ser presente na vida de Alcir, que disputava campeonatos de atletismo pela Escola Técnica Federal do Rio de Janeiro, onde cursava química industrial. Foi assim que o professor conheceu a capital nacional do pequi. “Em 1982 eu vim para Goiânia para competir e conheci a minha ex-esposa e mãe dos meus filhos. Ela era árbitra. Me apaixonei completamente tanto por ela quanto pela cidade, que era totalmente do diferente do que eu estava acostumado no Rio de Janeiro. Oito anos depois eu estava de

volta para me casar”, lembra. Já formado e pós-graduado na área de química industrial, Alcir deixou o emprego de 14 anos em uma petrolífera. “Eu acredito muito na espiritualidade e havia essa orientação espiritual de que eu deveria me mudar para Goiânia. Em 1990 eu cheguei aqui, me casei e comecei a procurar emprego. Trabalhei primeiro na Secretaria Municipal de Educação como professor de educação física, e três anos depois eu já estava trabalhando na Faculdade de Educação da UFG.”

Frescobol

“A minha vida toda foi praticando algum esporte. Futebol, handebol, atletismo. Mas, sempre teve um que nunca saiu da minha rotina, o frescobol. Eu pratico há 51 anos, sou um dos atletas mais antigos no esporte.” O docente viaja o Brasil todo participando de torneios e

levando para casa mais medalhas e troféus. A mala nunca é desfeita, já que depois de uma competição sempre vem outra. Recém chegado de um torneio em Natal, no Rio Grande do Norte, Alcir já estava se organizando em partida para o litoral de São Paulo no dia desta entrevista. “Todo o meu trabalho no Frescobol não tem nenhum patrocínio, tudo é custeado por mim. Alimentação, viagens, hospedagem obviamente sempre tenho a casa dos amigos”, comemora.

Cepae

“Os alunos não gostam de mim, não”, afirma com boas risadas. “Eu sou muito rigoroso e severo. Mas, apesar disso, eu sou muito lembrado pelos alunos. Você se lembra daquele professor vaselina ou do professor durão?”, brinca Alcir. Segundo o professor, a sua carreira pode ser dividida em antes do período como diretor e depois como diretor. Ele conta que sempre foi ativo e militante do movimento sindical, porém sempre soube ponderar as suas intervenções. Quando assumiu a direção do Cepae, oito anos atrás, entendeu que atuava não apenas por ele, mas pela comunidade como um todo. “Tem um slogan que eu assimilei e gosto muito de falar: eu tenho orgulho de ser Cepae, eu tenho orgulho de ser UFG. Nessa minha trajetória profissional e acadêmica, eu devo muito ao Cepae. Eu tenho um senso crítica sobre o meu trabalho e reconheço que tenho feito que o Cepae seja reconhecido em todos os lugares como uma unidade de importância fundamental na UFG. Fomos eleitos duas vezes a melhor escola do ensino básico do Estado de Goiás e na Avaliação Nacional de Aprendizagem estamos acima da média das escolas de todo o Brasil.”

No Adufg TV, o canal no Youtube do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato), você confere a integral da entrevista no programa Trajetória.